

Porto Alegre, ano 1, nº 1, jan./jun. 1999, pp. 34 - 63

O ciclo moral da violência altruísta e egoísta: cem anos de sangue na Colômbia

JUAN MARIO FANDINO MARINO

Professor Titular de Sociologia da
Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, RS

A questão da violência na Colômbia.

Pelo menos os últimos 150 anos de história na Colômbia revelam a tragédia de uma série ininterrupta de conflitos violentos. Nesses tipos de conflitos a Colômbia ultrapassa a maioria – senão a totalidade – dos países da era moderna, pela sua recorrência e sua natureza multifacetada (incluindo o crime político, o crime organizado e o crime difuso). O presente trabalho trata desta questão em termos de conceitos e padrões derivados de várias fontes na teoria social.

Procurar uma definição categórica exata do nosso objeto de análise em termos, por exemplo, de tipo (s) de crimes, de vítimas ou de modos de comportamento ou ação, iria contra o objetivo específico da nossa análise, porquanto o nosso objetivo envolve a transformação de simples atos observáveis de violência, de tipos ou variedades múltiplas, mas que não incluem macropropósitos imputáveis, em 'ação social proposital'. Esta última também inclui, em princípio, vários tipos. Por esta razão, a especificação do nosso objetivo de análise é realizada ao longo do argumento, em lugar de ser oferecida no início do texto. A questão básica – bem conhecida no meio da violentologia latino-americana – da violência na Colômbia, referida neste trabalho pela sua designação popular em castelhano na própria Colômbia simplesmente como "La Violencia", tem sido a falta de uma

explicação plausível para os níveis extremamente altos, a variedade, e a recorrência das mortes violentas e do crime violento em geral, nos últimos 150 anos ou mais. "La Violencia" inclui ambos os tipos, o político e o não político e, dentro deste último, os tipos organizado e não organizado, excedendo em várias vezes, nos seus diferentes aspectos, os parâmetros "normais" deste fenômeno em países comparáveis da América Latina (Comisión de Estudios: 1987; Sanchez y Peñaranda, 1995; Camacho e outros, 1997). A notoriedade do caso colombiano de "La Violencia" pode ser facilmente entendida. As guerrilhas colombianas são para muitos as mais antigas da América Latina. Mesmo assim, ainda hoje, depois do colapso do socialismo soviético e do enorme desprestígio em que tem caído a chamada "luta armada" no mundo em geral, continuam as guerrilhas na Colômbia a ameaçar o estabelecimento político nacional com mais força do que nunca. Elas controlam vastas extensões do território nacional, e têm "infiltrado" (isto é, têm feito sentir a sua presença permanente através de atos intermitentes de violência simbólica ou física) virtualmente todas as regiões do país a ponto de provocar vários encontros de diálogo para a paz com o governo central, fora e dentro do território nacional.

Por outro lado, o chamado 'bandoleirismo' (pelo qual se designa o florescimento de gangues violentas sem propósitos, em nível macro em áreas rurais e em pequenas cidades), tem adquirido, em alguns períodos, dimensões extremamente altas. Tal fenômeno pode ser comparado com o caso do 'cangaceirismo' do Nordeste Brasileiro, e talvez com outros dessa natureza, mas a origem do 'bandoleirismo' colombiano é geralmente associada com formas extremas do conflito político entre os dois maiores partidos políticos tradicionais - o Liberal e o Conservador - e, também, talvez com maior importância, com o resíduo anárquico de tais formas extremas de confronto político tradicional. Esta visão corriqueira tem certamente algo importante a ver com a questão bandoleira. Porém, a amplitude histórica do fenômeno, e especialmente o seu eventual divórcio da política tradicional, selado com o advento da "frente nacional" (acordo político talvez sem precedentes entre os dois partidos políticos tradicionais para compartilhar o exercício do governo por 16 anos consecutivos, revezando-se a Presidência da República e dividindo igualmente as posições burocráticas do Estado), requer uma explicação mais profunda.

A esta problemática se junta o alcance sem precedentes do movimento

guerrilheiro no país. "La Violencia" guerrilheira contemporânea na Colômbia representa muito mais do que surtos violentos de protestos políticos regionais, como o caso de Chiapas, no México. O caso do movimento do Sendeiro Luminoso, no Peru, talvez tenha chegado a representar, em alguns momentos, uma ameaça para o governo central; mas a força global deste movimento foi (ou é) muito mais débil, e o Sendeiro não aparece depois de uma sequência de um século ou mais de contínua insurreição armada e violência anárquica, como no caso das guerrilhas na Colômbia. A mesma diferença com relação ao caso da Colômbia aparece com relação às guerrilhas da América Central, especialmente nos casos de Cuba, El Salvador e Nicarágua, os movimentos guerrilheiros mais importantes nessa região do planeta.

Há sabidamente, também, na história mundial recente várias instâncias de conflitos sociais violentos duradouros e, em grande escala, fora da América Latina, muitos deles envolvendo movimentos de guerrilha. Aqui podem ser incluídos os casos do Líbano, a Iugoslávia, Vietnã e muitos outros conflitos na Ásia e na África. Porém, em todos eles, novamente, apesar da sua natureza racial, religiosa, ou de classe, ou ainda de algumas misturas destes tipos, esses conflitos nunca se apresentaram misturados a volumes comparáveis, e por períodos até longos, de violência anarquista. Portanto, é claro que nem os conflitos de classe, nem os religiosos, nem os étnicos, nem a simples autonomia da cultura (altamente considerada na ciência social hoje (Alexander e Seidman, 1990), podem dar conta do intrincado padrão do derramamento de sangue na Colômbia.

Aos fenômenos anteriormente referidos soma-se, finalmente, o crescimento, de impacto mundial, das máfias ligadas ao tráfico de entorpecentes no país, e as suas alegadas relações com movimentos guerrilheiros. Perguntamos, então: o que há de diferente no caso da Colômbia? E como tal ou tais diferenças dão conta dos níveis extremamente altos, recorrência, e multifacetismo, de "La Violencia"?

A visão durkheimiana da violência social: uma abordagem cientificamente (in) correta

A lei durkheimiana da gravidade social (Collins, 1994) não é usualmente vista - ou aplicada - em conjunto com o igualmente importante papel de "construção moral" imputado por Durkheim aos agrupamentos sociais, como mecanismos de construção e/ou adaptação da vida (sócio) moral. O que é freqüentemente tomado de Durkheim é a noção de que altos níveis de integração social, produzidos através de fortes e abundantes normas sociais compartilhadas (não necessariamente refletidas no sistema legal), estão associadas com comportamentos integrativos (como o suicídio altruísta); e inversamente, que baixos níveis de integração social através de débeis e poucas normas sociais, estão associadas a comportamentos não-integrativos como o suicídio anômico. Similarmente, laços débeis de relação do indivíduo com o seu grupo, através de tipos específicos e graus baixos de aceitação das normas, estão associados com suicídio egoísta. Ora, a capacidade regenerativa da moralidade no grupo, em função dos efeitos de solidariedade dos seus contatos internos, e também em função de efervescências ritualísticas intermitentes, é muito menos conhecida e aplicada. Tal capacidade regenerativa resulta crucial para entender a dinâmica de "La Violencia" na Colômbia.

Este não é o lugar para expor as leis durkheimianas da gravidade social e do movimento histórico da vida moral. Para o nosso propósito presente, basta lembrar que, por muitas razões endógenas da trajetória histórica durkheimiana da vida moral (por exemplo, a divisão do trabalho), ou exógenas a ela (como o sítio e queda de Jericó na referencia durkheimiana) (1951), os grupos sociais podem ver deteriorado e até perdido seu tecido moral e entrar em estados graves de anomia e egoísmo (produzindo suicídios em massa e outras formas de comportamento não-integrativo). A (re) construção moral do grupo poderá acontecer, e acontecerá, desde que estejam presentes certos "requisitos funcionais" (não derivados de qualquer teoria "funcionalista" da sociedade, mas derivados de uma estrutura lógica de causas e conseqüências, pertinentes especificamente a cada caso). Portanto, o grupo fornece os contatos interindividuais (com os seus efeitos multiplicativos integrativos) e os rituais de efervescência (com a sua função regenerativa ou sustentadora da moralidade) e gera as tendências de (re)

construção moral, tudo derivado das leis internas de gravidade e do movimento moral do grupo.

Porém, ainda, o grupo está sujeito ao impacto de fatores contextuais aleatórios e imprevisíveis, que podem ou não permitir a operação completa das forças morais que possui. Assim, uma mais permanente (re) construção da vida moral pode ou não ser bloqueada. Se o contexto social maior do grupo acaba bloqueando a (re) construção moral num certo ponto da sua trajetória, então a moral própria do movimento se dissolve face ao seu "demonstrado", na prática, utopismo, e retoma ou cai de novo no egoísmo original. Daí, através de uma nova e lenta mobilização moral do grupo e, dadas as condições adequadas, este retomará o seu rumo de (re) construção moral. É assim que o ciclo moral da violência altruísta e egoísta pode ser perpetuado, e é assim que, argumentamos aqui, tem acontecido no caso da Colômbia.

Nem sempre explícito, então, há em Durkheim um modelo abstrato (ou "lei do movimento", se prefere) relativo à dinâmica interna de trajetória histórica da vida moral, pelo qual se relacionam, num sentido causal: a) estados diferentes de anomia/egoísmo social (falta de densidade moral e ligação dos indivíduos com grupo); b) tendências (ou forças) de gravidade (socio) moral; c) mecanismos de geração e sustentação da moral grupal (ritualísticos, mecânicos e contextuais); d) o caráter altruísta ou egoísta da consciência coletiva; e) padrões específicos observáveis de comportamento individual, como o suicídio ou o crime violento. Os chamados "bandidos sociais" e os "rebeldes primitivos" de Hobsbaum (1965) podem ser vistos como casos ilustrativos de um ponto crítico de inflexão no modelo implícito de Durkheim. Deve ainda ser indicado aqui que o modelo de trajetória histórica de Durkheim na "Divisão de Trabalho" (1933), que relaciona as formas de solidariedade mecânica e orgânica com mudanças de época na divisão de trabalho, não é o mesmo referido no presente texto, mesmo que algumas das geniais idéias consignadas nesse trabalho sejam harmônicas com - e fazem explícitos - alguns elementos do modelo da dinâmica moral social aqui utilizado, especialmente o caso do efeito multiplicativo dos contatos intragrupais individuais na solidariedade grupal.

Não é demais enfatizar que "anomia", "egoísmo" e "altruísmo", no contexto sociológico durkheimiano, não são categorias individuais mas sim sociais, e que as formas correspondentes de comportamento individual são tomadas como

consequências, em nível individual, das características do grupo, em função de determinações causais parciais e probabilísticas. Similamente, para o leitor deve ficar claro que a conotação da palavra "moral", neste contexto, é bem específica e distinta de outros significados teóricos ou do sentido comum do termo. Uma captação errada destas especificidades conceituais levaria com certeza a errôneas interpretações do nosso argumento global.

Salientamos em continuação algumas características do modelo durkheimiano em questão, importantes para o presente argumento:

a) O modelo em si mesmo não é feito para prever padrões históricos específicos, devido à impossibilidade de inclusão de fatores externos e/ou contextuais, tais como características culturais ou forças globais. O modelo é, estritamente, uma ferramenta que contribui para a compreensão de padrões grupais de comportamento (socio) moral. Cada caso, então, tem de ser analisado em conjunto, com a presença de quaisquer outros fatores exógenos historicamente específicos, e levando também em consideração a disponibilidade de "requisitos funcionais lógicos". Aqui não é feita nenhuma tentativa de especificar as características peculiares nem a localização contextual dos grupos ligados a "La Violencia", que embora resulte numa análise mais completa, fica fora do nosso presente escopo.

b) Do ponto anterior a) segue-se que grupos históricos específicos, tais como alguns camponeses, artesãos e pequenos comerciantes na Colômbia, no último século, exibem padrões históricos particulares de comportamento moral como, por exemplo, o padrão circular de formas de violência nesse país (argumentado aqui). Lá, como veremos posteriormente, formas altruístas e egoístas de violência acabam exibindo tal padrão histórico circular. Isto acontece em função de que as tendências de (re) construção moral dentro desses grupos específicos (mesmo que sejam limitados e inclusive primitivos no seu conteúdo), encontram, em algum ponto do seu caminho, obstáculos "estruturais" que as bloqueiam, notoriamente por parte do Estado central este poder reage contra, e dissipa, as tendências de (re) contrato moral ("revolucionário") e recoloca a vida moral do (agora) atomizado agregado grupal no extremo baixo do ciclo moral. Neste ponto, devido à localização dos grupos marginais dentro do estabelecimento político maior, e em conjunto com o seu "habitus" peculiar e configuração

cultural, tais grupos, e especialmente sua descendência moralmente desmantelada, começam de novo a sua ascensão (socio) moral. Em outras palavras, com a dissolução do grupo originalmente "revolucionário" (ou na expressão de Marx "para si"), e devido à sua impotência, no longo prazo, para enfrentar o poder político e militar do Estado, o seu tecido moral naturalmente se desintegra, seguido de formas agudas de violência anômica e egoísta, algumas vezes denominadas "violência difusa" ou anarquista. Com o início da recomposição do grupo pela sua força de gravidade moral, um novo ciclo se inicia, o qual, por sua vez, pode ou não encontrar novamente obstáculos ou forças estruturais de bloqueio.

c) Os grupos marginais engajados em movimentos de (re) construção moral podem mudar a sua base social em diferentes momentos da sua trajetória, sujeitos como estão a todo tipo de pressões contextuais, que facilmente produzem "contaminação moral" e rearranjos nas suas bases e lideranças, especialmente quando os obstáculos de bloqueio se apresentam insuperáveis. Ali podem surgir dilemas éticos que podem dividir o grupo, como a participação de parte do clero católico na burocracia estatal Sandinista revolucionária, ou as alegadas alianças de guerrilhas esquerdistas com as máfias de tráfico de drogas entorpecentes. Em tais circunstâncias, os grupos engajados em (re) construção moral podem acabar redesenhando-se, ou podem ver interrompido o seu curso, em função das mudanças na sua base social.

d) A natureza (socio) construtiva da vida moral em Durkheim faz com que qualquer forma de comportamento social e de relação social seja eticamente relativa ao seu contexto moral. O relativismo ético só é contornado colocando-se o analista num dado contexto moral. Em relação a isso, todas as teorias sociais clássicas, incluindo Marx, estão de acordo. Neste sentido, a análise (socio) moral das guerrilhas colombianas, derivada do nosso modelo durkheimiano, *per se*, não as condena nem mais nem menos, do que condena as políticas e estratégias dos grupos "burgueses". Nosso contexto moral de hoje é um ponto de referência pelo qual resultam obviamente condenáveis as práticas egoístas e muitas das práticas "altruístas" violentas verificadas hoje na Colômbia. Mas a nossa análise dos conteúdos e da dinâmica (socio) moral dos grupos em questão é estritamente sociofactual, e o nosso propósito não envolve articular uma avaliação deste ou de qualquer outro tipo que seja. Porém, uma paz duradoura em qualquer conflito genuinamente social, depende da compreensão das

premissas de análise (socio) moral. Este ensaio, em última instância, pretende realizar esse tipo de contribuição.

e) Os obstáculos de bloqueio à ascensão moral dos grupos podem ser internos ou externos. Por exemplo, na cabeça de muitos latino-americanos excluídos de participação significativa na vida política e econômica dos seus países (ou em solidariedade com os excluídos), o socialismo constituiu uma alternativa para a (re) construção moral dos seus corpos sociais nacionais¹. Por bastante tempo, dentro desta linha de raciocínio, acreditava-se que o capitalismo industrial e financeiro do primeiro mundo era o obstáculo básico para a realização dos sonhos de desenvolvimento social socialista. Porém, no fim, foram obstáculos internos do próprio projeto socialista, e em particular suas ineficiências burocráticas e da propriedade comunitária, demonstradas pela queda do muro de Berlim e pelo colapso global do segundo mundo, os que resultaram em objeções e barreiras definitivas ao projeto de (re) construção econômica e moral socialista. Inconsistências internas, pois, mais do que externas, foram decisivas em 1989. Ainda assim, fatores externos podem dar conta também da eliminação do grupo moral, como no citado caso de Jericó, onde um sítio militar prolongado provoca a queda da antiga cidade, deslançando suicídios em massa face à impossibilidade física de continuar a prática da vida moral nos seus próprios termos, é claro, por parte dos sitiados (Durkheim, 1951). No presente ensaio fazemos apenas um esquema do modelo de (re) construção moral, e da forma como pode ser aplicado ao caso de "la violencia". Não se realiza aqui, todavia, uma tentativa de avaliar possíveis ou prováveis inconsistências no projeto social das guerrilhas nem de identificar e avaliar as alegações da sua "contaminação moral" (especialmente a partir do tráfico de entorpecentes). Isto porque a questão referenciada é extremamente complexa e podemos apresentar aqui apenas uma aproximação esquemática dos seus parâmetros analíticos.

f) Apesar dos elementos causais do modelo (isto é, fatores que presumivelmente operam em certo sentido) e da possibilidade de previsão lógica em conjunto com a inclusão de fatores externos e "requisitos funcionais", certamente há lugar no modelo para a ação humana proposital ("agência social").

1 É oportuno relembrar aqui de passagem a visão durkheimiana do socialismo. Apesar do seu conteúdo econômico em nível substantivo, este permanece como um fenômeno moral (e portanto como um fato social), porquanto pretende submeter a esfera econômica ao campo das normas e da autoridade pública, nas mãos do Estado, em oposição à visão liberal de deixar a vida econômica não regulada.

Porém, este aspecto também está fora do nosso escopo presente.

Movimentos sociais anti-sistema versus novos movimentos especializados.

O fenômeno global de "La Violencia" na Colômbia não pode ser entendido, por um lado, fora do marco dos movimentos sociais, ao considerar o grande significado que têm tido os movimentos guerrilheiros. Por outro lado, "La Violencia" não pode ser compreendida só dentro do marco dos movimentos sociais, simplesmente porque em muitos dos seus momentos históricos, "La Violencia" aparece completamente dissociada de qualquer movimento social, segundo qualquer definição razoável deste termo no contexto da ciência social. Ora, do ponto de vista da violência guerrilheira, esta, por sua vez, não se enquadra dentro da teoria dos movimentos "novos", porque as guerrilhas não operam ideologicamente na base de resolver qualquer problema social singular ou específico, inclusive a pobreza e a desigualdade, mas operam em função de uma renovação global de todo o conjunto material e mental da sociedade. O ingrediente analítico de que precisamos aqui, então, é o conceito de "movimentos anti-sistema" (Wallerstein, 1975, 1984), que deriva da noção de movimento revolucionário do marxismo clássico. No nosso caso, é conveniente notar, não utilizamos nem a noção de "classe" em Marx, nem a de "sistema mundial" em Wallerstein.

O movimento guerrilheiro na Colômbia, em termos gerais, pode ser classificado como "anti-sistema" no sentido de que, em lugar de focalizar problemas específicos, objetiva a transformação global do sistema político, econômico e social vigente. Porém os elementos específicos das mudanças estruturais pretendidas raramente, ou nunca, são definidos. Mesmo assim, é claro que os movimentos guerrilheiros representaram o ideal de ruptura incondicional e imprevisível com o sistema inteiro de autoridade legítima, quer nas relações políticas, econômicas, ou religiosas.

Em termos da gênese histórica das guerrilhas, a sua natureza anti-sistêmica se enquadra bem dentro da transição dos movimentos pré-políticos aos movimentos políticos, identificada na literatura latino-americana, especialmente na

década de 80 (Costella, 1992). A fase pré-política se caracteriza pela ausência de uma visão holística da problemática social. A fase política, por sua vez, presume o desenvolvimento de uma visão holística ou sistêmica do movimento, e pressupõe que a solução de qualquer problema em última instância deriva da mudança sistêmica orquestrada em nível político global.

A noção da transição do caráter pré-político para o político nos movimentos sociais é consistente com o modelo durkheimiano, mesmo não tendo sido essa consistência identificada na literatura especializada, que sempre, ou quase sempre, rejeitou qualquer *input* teórico durkheimiano como positivista e conservador. Porém, de fato, o que separa o modelo durkheimiano do de Marx é o "substancialismo" deste último, comparado com o racionalismo do primeiro (Johnson e outros, 1984): o marxista subscreve uma dialética material por trás da dinâmica da consciência social, ao passo que o durkheimiano subscreve uma dinâmica puramente representacional ou das idéias. O modelo marxista tem que dar conta de uma determinação mecânica da consciência social a partir das condições econômicas, mesmo que atrasada, no sentido de um modelo de trajetória histórica das ideologias sociais determinado endogenamente. A abordagem durkheimiana, por seu lado, postula só a dinâmica interna da densidade (socio) moral dos grupos humanos, e deixa em aberto as trajetórias históricas concretas, como já vimos.

O caráter anti-sistêmico do movimento guerrilheiro em questão tem duas conseqüências importantes para a nossa análise. A primeira é que a oposição e contra-estratégias aos movimentos anti-sistema tendem a ser muito mais fortes e radicais, sem espaço ideológico para negociação (a não ser por ocasião do seu desmantelamento ideológico e instrumental de violência), em contraste com a reação a - e as possibilidades de barganha - dos movimentos novos especializados, incluindo as estratégias de desobediência civil. Isto se dá simplesmente porque, no primeiro caso, a ordem social vigente é ameaçada por inteiro, ao passo que o último representa apenas uma ameaça a uma fração dessa ordem. O governo, único depositário do monopólio legítimo dos meios de violência, reage com força máxima contra este tipo de ameaças anti-sistêmicas, isto é, antigoverno. Mesmo nos momentos de maior efervescência e crise do sistema institucional vigente, o lado vencedor, como em qualquer guerra, assume a tarefa de dissolução dos vencidos com o seu conseqüente desmantelamento organizacional e

desagregação (socio) moral em queda vertical.

A segunda consequência é a expectativa muito baixa de continuidade, e muito menos de crescimento, que se poderia formular com relação ao movimento guerrilheiro colombiano, face ao *status* decadente das ideologias sistêmicas insurrecionais no estado presente do capitalismo global. O ideal democrático, em termos das democracias liberais ocidentais, junto com o reconhecimento generalizado de um lugar para todos os cidadãos na sociedade civil global, foram estabelecidos como tendências irreversíveis no final do Século XX. Estas tendências são contrárias às noções de ditadura do proletariado e de outras formas de tomada do poder por meios violentos. Em função disso, os novos movimentos sociais focalizam questões especializadas de gênero, raça, meio ambiente e preferência sexual, aceitando como toleráveis, ou pelo menos resignados às formas atuais de democracias multipartidárias eleitorais, independentemente das distorções e vícios que possam apresentar. Mesmo movimentos de classe, como no caso do trabalho de Wright, consideram a sua arena política já especializada, porquanto subscrevem o esquema das democracias eleitorais. Isso pode ser inferido inclusive do título de uma recente publicação chave de Wright (1997): *A Classe Conta*, ou seja, conta sim, mas não é tudo.

É neste sentido, porém, que as guerrilhas colombianas representam um caso tão marcante. Depois da queda do socialismo soviético, outros regimes socialistas que sobrevivem no mundo sofrem um debilitamento permanente, e são tidos geralmente como posicionados em rota de colisão com as forças democrático-eleitorais internas e externas, ou alternativamente, como em lenta, mas inevitável, transformação em democracias eleitorais multipartidárias, inclusive no caso da China. Perguntamos, então: Como pode ser explicada não só a persistência mas o contínuo crescimento das guerrilhas colombianas, de ideologia socialista e/ou comunistas, na história recente?

Independentemente de quão definitiva seja esta tendência para o chamado por Fukuyama (1989) de "fim da história", permanecem ainda no mundo muitas instâncias onde a crítica às estruturas e aos processos políticos se articulam de forma holística. Isto se dá em função da presença de regimes abertamente não democráticos, ou também pela presença de erros ou desvios fundamentais nos sistemas eleitorais e político-partidários. Isto não significa, é claro, que em qualquer instância específica, a mudança no sistema político tenha que ser

abordada por meios violentos. Mas não cabe dúvida de que o mundo está ainda muito longe de ter extirpado os intentos violentos de mudança sistêmica.

Os movimentos anti-sistema vêm sendo atomizados pelo impacto dos novos movimentos sociais originados no primeiro mundo, os quais, como já indicamos, consideram o funcionamento dos seus sistemas políticos como toleráveis ou como males necessários, na pior das hipóteses. Do ponto de vista de "la violencia" na Colômbia, a teoria dos novos movimentos sociais aparece completamente desequipada para explicar o caso. Ora, com base na noção dos movimentos anti-sistema, é possível articular um modelo cíclico egoísta-altruísta, de inspiração durkheimiana, que reequaciona as questões levantadas, fornecendo uma base explicativa bem melhor do que o simples modelo unilinear evolutivo clássico da transição da fase pré-política para a política dos movimentos sociais, de inspiração marxista clássica. Na seguinte seção selecionaremos as bases históricas gerais para a formulação de dito modelo.

A base sociocultural histórica de "la violencia".

Considerando o que foi colocado anteriormente, mesmo um modelo de trajetória da moral social tem que partir da composição e dos contextos econômico, cultural e social dos grupos de onde as forças da gravidade moral emanam. O que segue é apenas um roteiro do argumento, incluindo alguns elementos relevantes da história social do país, em função dos quais, a dinâmica interna dos grupos marginais e a ordem "externa" a eles, são vistas como em rota de colisão, recorrentemente.

As bases socioestruturais históricas de "La Violencia" podem ser encontradas basicamente nos três seguintes elementos: a) a questão da distribuição da terra (o mais importante elemento do período formativo da economia do país); b) a questão da autoridade legítima e das relações de poder estruturadas ao longo da história social do país; e c) o dualismo cultural também profundamente enraizado a partir da própria matriz cultural formativa da nação.

O estágio contemporâneo do conflito de classe na Colômbia exhibe uma gradual incorporação do locus social da insurreição armada na direção dos centros urbanos. Pode ser levantado como hipótese de trabalho que os setores tra-

balhadores, e de classe média inclusive, urbanos têm sido altamente instrumentais na mobilização e direcionamento das populações rurais rumo às ideologias e práxis revolucionárias. A participação atual das áreas urbanas, pequenas e grandes, na base do movimento guerrilheiro é impossível de ser calculada, mas o seu input deve ser substancial. Portanto, pode argumentar-se que o processo de urbanização do país alastra consigo as diferenças e conflitos de classe configurados já no nascimento da antiga colônia Espanhola da Nueva Granada no Século XVII. Todavia o locus geográfico da insurgência armada ainda é, e deverá permanecer, até por razões estratégicas, predominantemente rural. Ora, a ampliação do locus social do conflito para as áreas urbanas tem que ser levado em consideração quando aplicamos o modelo de (re) construção moral à intrincada dinâmica histórica desse conflito.

Em termos de um roteiro, podemos resumir cada um dos quatro elementos formativos de "la violencia", como segue:

a) a apropriação histórica dos recursos produtivos e a polarização de classe

Já em meados do Século XIX, e em muitos lugares bem antes, a distribuição da terra tinha adquirido o bem conhecido padrão socioecológico dual generalizado no continente: de um lado, grandes latifundiários nucleares localizados nas terras mais férteis e planas, que trabalham suas propriedades com base em administradores (capatazes) e peões privilegiados, selecionados a partir das áreas próximas de agricultura de subsistência. Do outro lado, aparecem os pequenos proprietários periféricos, localizados nas áreas declivosas e/ou menos férteis, que vivem do cultivo de lotes de subsistência, próprios, arrendados ou trabalhados em parceria, e também eventualmente trabalhando sob contratos verbais temporários em épocas de safra e plantio nas *haciendas* dos latifundiários.

Algumas variações importantes deste chamado "funcionalismo dual" (De Janvry, 1981) foram introduzidas, especialmente no fim do Século XIX. Altamente significativa foi a muito estudada colonização da região de Antioquia, realizada predominantemente por pequenos colonos imigrantes. De igual significância foi a conquista dos vales quentes dos rios Cauca e Magdalena pela agricultura moderna tecnicizada requerendo trabalho mais qualificado. Estas variações, junto com a introdução da legislação trabalhista no país na década de 30, acarreta-

ram importantes modificações nas relações de capital e trabalho na agricultura tradicional. Mesmo assim, os elementos fundamentais do mencionado esquema socioecológico dual da agricultura no país continuam essencialmente os mesmos até o presente. Eles significaram historicamente um modelo exportador em que o circuito econômico contorna, por assim dizer, as populações trabalhadoras e realiza o seu crescimento muito mais ao redor da sua balança comercial internacional do que dentro dos parâmetros do mercado interno potencial (De Janvry, 1981).

A mineração experimenta uma estrutura de privilégios igualmente polarizante, que casa muito bem com o dualismo na propriedade da terra. Tal padrão de distinções de classe se estende, finalmente, ao processo de industrialização. Não é necessário detalhar aqui os mecanismos deste processo já bastante estudado e compreendido. Como em toda a América Latina, na Colômbia a polarização de classe é uma doença congênita que, aos olhos de muitos, só poderia ser curada com cirurgia radical.

b) O dualismo cultural

Configurada a partir de uma variedade bastante grande de ancestrais africanos e pré-colombianos, a grande maioria da classe trabalhadora na Colômbia se ajusta ao que Ribeiro chamou de "povos novos" (1971). Ou seja, apesar da presença muito importante das culturas aborígenes (Cundi-Boyacense, Caucana e outras), a maioria em questão não resulta de transplantes europeus, nem da sobrevivência de heróicas populações testemunhas da vida cultural pré-colombiana: a maioria da classe trabalhadora acabou conformando "novas" espécies (ou tipos) culturais, resultantes da eliminação quase total das culturas aborígenes e de massiva miscigenação (entre as populações pré-colombianas, africanas e brancas, geralmente de estrato baixo). Tal configuração cultural direcionou a agenda de (re) construção moral desses povos novos dentro de um roteiro mais aberto, livre das amarras e nostalgia ancestrais típicas das populações pré-colombianas mais genuínas, sobreviventes no continente. Assim, a assimilação de novas ideologias e *inputs* técnicos, colocaram as classes trabalhadoras na Colômbia em posição bem permeável a sua (re) construção (sócio) moral como "classe para si".